

Médico quer rediscutir a saúde

A rediscussão do sistema de saúde do Distrito Federal com a participação dos trabalhadores e representantes das associações de bairro foi defendida ontem pelo Sindicato dos Médicos que, com outras entidades médicas, tem denunciado a situação dos hospitais da rede pública. Segundo a presidente do Sindicato, Maria José da Conceição, a alocação pura e simples de recursos para recuperação de equipamentos ou para compra de medicamentos de nada adianta se não forem estabelecidas algumas prioridades.

Maria José ressaltou que o Hospital Regional da Asa Norte e o Hospital Regional de Taguatinga continuam sem atender a população, enquanto outras unidades caminham para o mesmo. "Só medicamentos não resolvem, queremos uma modificação nesse sistema. Os hospitais não voltarão a funcionar se o Governo não discutir isso com os profissionais. A situação é crônica e certamente não será solucionada se não houver discussão ampla e a participação de todos", afirmou a sindicalista.

No início de fevereiro passado, lembrou Maria José, o governador Joaquim Roriz criou o Conselho Estadual de Saúde e, até agora, ele não foi formado. Nos mesmos moldes das CIS, o Conselho seria integrado por representantes do Ministério da Saúde, do GDF e do Ministério da Educação; de representantes das associações de moradores, das centrais sindicais e de representantes dos funcionários do sistema de saúde. Ao conselho caberia formular, executar e fiscalizar a política de saúde local. "O caminho está aberto, falta apenas vontade política", disse Maria José.

CEME

O grupo de trabalho criado pela Central de Medicamentos, para avaliar a demanda de remédios na FHDF, se reuniu ontem, prometendo para o início da tarde de hoje a conclusão dos relatórios que vão ser entregues ao ministro da Saúde, Aleeni Guerra. O presidente da Ceme, Renault Vieira, pretende saber imediatamente qual a real necessidade do DF, que este ano já recebeu Cr\$ 2,5 milhões em medicamentos.

O representante da Ceme na comissão, José Carlos Valença, informou ontem que a Fundação Hospitalar já entregou ao órgão a sua programação para todo o ano de 1990 e que, diante disso, a Ceme avaliará o seu estoque estratégico. A central mantém em Brasília um total de Cr\$ 65 milhões em medicamentos para casos emergenciais, principalmente situações de calamidade pública, e poderá lançar mão desse estoque até que nova produção chegue para suprir as necessidades da rede pública hospitalar local.